

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL SESSÃO VIRTUAL DE 19 A 26 DE ABRIL DE 2022.
HABEAS CORPUS N.º 0821283-61.2021.8.10.0000 – SÃO LUÍS/MA Paciente:
Willian Romário de Carvalho Aquino Advogado: Hauzeny Santana Farias
Impetrado: Juízo da 1ª Vara Criminal do Termo Judiciário de São Luís/MA –
Comarca da Ilha de São Luís/MA. Relator: Desembargador José de Ribamar
Froz Sobrinho ACÓRDÃO n.º _____/2022 EMENTA PENAL E PROCESSUAL PENAL.
HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, LAVAGEM DE CAPITAIS E TRÁFICO DE
ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO E
GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. IMPOSIÇÃO DE
MEDIDAS CAUTELARES. POSSIBILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. 1. No caso concreto,
inexistem elementos concretos no sentido de que em liberdade o paciente
atentará contra a ordem pública ou perturbará a instrução criminal. 2. Não
se está a negar que a garantia da ordem pública constitua motivos
suficientes para o decreto de prisão preventiva, e sim a afirmar que os
fatos e fundamentos que demonstrem sua ameaça devem ser reais e notórios,
não sendo suficiente a mera probabilidade de sua ocorrência. 3. Embora a
autoridade coatora sustente a necessidade da prisão por conveniência da
instrução criminal, não há qualquer indicativo de que em liberdade o
paciente criará entraves ao regular curso processual. Além do que, por
ocasião da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, restaram
deferidas diversas medidas cautelares tidas por essenciais às
investigações (busca e apreensão, autorização de acesso ao conteúdo de
celulares e outros eletrônicos apreendidos, afastamento de sigilo bancário
e fiscal, bloqueio de ativos em contas-correntes, poupanças e eventuais
aplicações, interdição de empresas com a suspensão do exercício de suas
atividades econômicas e financeiras, sequestro e indisponibilidade de
bens, indisponibilidade e apreensão de veículos, além do compartilhamento
de provas). 4. Ressalte-se que, nos moldes exigidos pelo § 6º, do art. 282
do Código de Processo Penal, na hipótese tratada, plenamente possível a
imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de
Processo Penal, uma vez que as mesmas mostram-se suficientemente
satisfatórias. 5. Ordem concedida, para substituir o ergástulo preventivo
pelas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Maioria. ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da
Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, por
maioria e em desacordo com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, em
CONCEDER A ORDEM impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.
Participaram do julgamento os Senhores Desembargadores José de Ribamar
Froz Sobrinho, Antônio Fernando Bayma Araújo e José Joaquim Figueiredo dos
Anjos. Funcionou pela Procuradoria Geral de Justiça o Dr. Joaquim Henrique
de Carvalho Lobato. São Luís (MA), 26 de abril de 2022. Desembargador José
de Ribamar Froz Sobrinho Relator (HCCrim 0821283-61.2021.8.10.0000, Rel.
Desembargador (a) JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe
26/04/2022)